

foi celebrado a 30 de Dezembro de 2008, um contrato de comissão de serviço para o cargo de Coordenador do Núcleo de Acompanhamento dos Sistemas de Informação nos Tribunais, ao abrigo do disposto no artigo 2.º dos Estatutos do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça I.P., aprovados pela Portaria n.º 521/2007, de 30 de Abril, e nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho e artigos 244.º e seguintes do Código do Trabalho.

20 de Janeiro de 2009. — A Directora de Departamento, *Susana Matias*.

Aviso n.º 2699/2009

Entre o Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P. (ITIJ, I.P.) e o licenciado Nuno Miguel Bernardo Ferreira Godinho foi celebrado a 30 de Dezembro de 2008, um contrato de comissão de serviço para o cargo de Coordenador do Núcleo de Administração de Bases de Dados, ao abrigo do disposto no artigo 2.º dos Estatutos do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça I.P., aprovados pela Portaria n.º 521/2007, de 30 de Abril, e nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho e artigos 244.º e seguintes do Código do Trabalho.

20 de Janeiro de 2009. — A Directora de Departamento, *Susana Matias*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais

Aviso n.º 2700/2009

Por meu despacho de 13 de Outubro de 2008, foi aberto concurso interno de acesso geral para a categoria de técnico superior principal da carreira técnica superior e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 226, de 20 de Novembro de 2008, Aviso n.º 27782.

Considerando que nos termos do n.º 3 do artigo 110.º e n.º 1 do artigo 111.º da Lei n.º 28-A/2008 de 27 de Fevereiro, caducam os concursos de recrutamento e selecção de pessoal para as categorias de carreiras do regime geral constantes do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, cujas listas de classificação final não tenham sido homologadas até 31 de Dezembro, anulo por caducidade o concurso supra referido.

23 de Janeiro de 2009. — A Directora-Geral, *Manuela Proença*.

Aviso n.º 2701/2009

Por meu despacho de 19 de Setembro de 2008, foi aberto concurso interno de acesso geral para a categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221, de 13 de Novembro de 2008, Aviso n.º 27138/2008.

Considerando que nos termos do n.º 3 do artigo 110.º e n.º 1 do artigo 111.º da Lei n.º 28-A/2008 de 27 de Fevereiro, caducam os concursos de recrutamento e selecção de pessoal para as categorias de carreiras do regime geral constantes do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, cujas listas de classificação final não tenham sido homologadas até 31 de Dezembro, anulo por caducidade o concurso supra referido.

23 de Janeiro de 2009. — A Directora-Geral, *Manuela Proença*.

Aviso n.º 2702/2009

Faz-se público que, tendo ficado deserto o concurso interno de acesso geral, com vista ao preenchimento de um lugar de técnico superior principal da carreira técnica superior do mapa de pessoal deste Departamento, aberto pelo aviso n.º 23646/2008, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 182, de 19 de Setembro de 2008, o mesmo é anulado.

23 de Janeiro de 2009. — A Directora-Geral, *Manuela Proença*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado do Turismo

Despacho n.º 3775/2009

Atento o pedido de declaração de utilidade turística a título definitivo ao balneário das Termas de S. Vicente, sito no concelho de Penafiel,

de que é requerente a sociedade Hotel do Monte — Actividades Hoteleiras, L.ª;

Tendo presentes os critérios legais aplicáveis e o parecer do Turismo de Portugal, I. P., que considera estarem reunidas as condições para a atribuição da utilidade turística a título definitivo ao empreendimento, decido:

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, declarar o balneário das Termas de S. Vicente de utilidade turística a título definitivo.

2 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, fixar a validade da utilidade turística em sete anos contados da data do alvará de utilização (16 de Abril de 2008), ou seja, até 16 de Abril de 2015.

3 — Nos termos do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, a utilidade turística fica sujeita ao cumprimento dos seguintes condicionamentos:

a) O estabelecimento deverá manter os requisitos que determinaram a sua declaração de interesse para o turismo;

b) Não poderão ser realizadas quaisquer obras que impliquem a alteração do empreendimento sem prévia comunicação ao Turismo de Portugal, I. P., para efeitos da verificação da manutenção da utilidade turística que agora se atribui, sem prejuízo de outros pareceres ou autorizações legalmente devidos por parte daquele organismo.

17 de Dezembro de 2008. — O Secretário de Estado do Turismo, *Bernardo Luís Amador Trindade*.

301221311

Direcção Regional da Economia do Norte

Despacho n.º 3776/2009

Encontra-se vago o cargo de direcção intermédia de 1.º grau da Direcção de Serviços de Energia da Direcção Regional da Economia do Norte, definida como unidade orgânica nuclear através do artigo 1.º da Portaria n.º 537/2007, de 30 de Abril.

Nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio para o exercício do cargo de Director de Serviços de Energia, em regime de substituição, a licenciada Georgina Maria de Campos Corujeira, que reúne os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo.

A nomeação fundamenta-se nos conhecimentos e na experiência profissional da ora nomeada, que se evidencia na respectiva nota curricular, publicada em anexo.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 23 de Janeiro de 2009.

23 de Janeiro de 2009. — O Director Regional, *Manuel Humberto Gonçalves Moura*.

Síntese Curricular

Nome: Georgina Maria de Campos Corujeira

Naturalidade: Porto

Data de Nascimento: 02/03/1953

Formação Académica: Licenciatura em Engenharia Electrotécnica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Actividades profissionais:

De 2003 a 2008 — no Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), com funções de assessoria ao Conselho Directivo;

De 1999 a 2003 — Directora Regional de Economia do Norte, cargo equiparado a Director-Geral, e Coordenadora da Medida Desconcentrada da Economia do Programa Operacional da Região Norte, membro das Comissões de Acompanhamento do Programa Regional do Norte e do POE;

De 1989 a 1999 — no IAPMEI, onde exerceu funções de coordenação, no Norte, do Gabinete de Apoio Técnico, do Gabinete de Apoio às PME, e de Medidas do PEDIP.

De 1975 a 1989 — funções docentes, nomeadamente como Monitora e Assistente do Departamento de Engenharia Electrotécnica da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo

Declaração de rectificação n.º 259/2009

Para os devidos efeitos e por ter saído com inexactidão se rectifica o Despacho n.º 950/2009 (2.ª Série), inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 13 de Janeiro de 2009, pág. 1209.

Assim, onde se lê:

«[...] Maria Alice Lopes Alves Gomes, ficando posicionada no escalão 4 índice 274, Maria Isabel Carvalho dos Santos e Carla Vanessa Peleira Fernandes Rebelo, ficando posicionadas no escalão 1 índice 238 [...]»

Deve ler-se:

«[...] Maria Alice Lopes Alves Gomes e Maria Isabel Carvalho dos Santos, ficando posicionadas no escalão 5 índice 295 e Carla Vanessa Peleira Fernandes Rebelo, ficando posicionada no escalão 1 índice 238 [...]»

23 de Janeiro de 2009. — A Directora Regional, *Elisabete Velez*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral da Agricultura
e Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 3777/2009

Considerando que os cargos de direcção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, de entre funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e de acordo com os fundamentos apresentados pelo júri na acta final que integra o procedimento concursal, nomeio para o cargo de Chefe de Divisão do Regadio e da Qualidade da Água, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, o licenciado João Manuel Tito Nunes.

O nomeado possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, correspondendo ao perfil exigido no procedimento concursal.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com o disposto no artigo 21.º, n.º 10, do Estatuto do Pessoal Dirigente, anexa-se a nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado.

18 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *José R. Estêvão*.

Sinopse curricular

Nome: João Manuel Tito Nunes

Naturalidade: Lisboa.

Data de nascimento: 28 de Maio de 1951.

Formação Académica: Licenciado em Agronomia (Agro-pecuária) pelo ISA (Instituto Superior de Agronomia), em 1978.

Formação Profissional: Cursos de “Pós-graduação em Drenagem e Conservação do Solo”, “Modelação Matemática da Qualidade da Água”, “Lagunagem”, “Drenagem Agrícola”, “Infra-estruturas hidráulicas”, “Gestão e controlo da contaminação das águas subterrâneas”, “Utilização de águas Residuais na Rega”, “Amostragem de Águas e de Águas Residuais”, “Águas Subterrâneas” e “Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP)” — INA, 2007

Actividade Profissional: Técnico da Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola (1978/94); integra a equipa de Projecto de Drenagem e Conservação do Solo no Alentejo (1978/80); destacado para o Projecto de Desenvolvimento Agrícola da Região do Algarve (1980/88), Sector de Hidrogeologia: organização de acções de formação e de cooperação técnica com a DRAAG e GTZ no âmbito da hidrologia; regressou à Divisão de Meteorologia e Hidrologia Agrícola (1988/1997): elaboração de estudos e projectos no âmbito local e nacional no domínio da hidrologia e qualidade da água para rega, avaliação de aspectos técnicos e legais sobre qualidade da água e efluentes pecuários. Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural (1997-1999) e Instituto de Hidráulica Engenharia Rural e Ambiente (1999-2006): Chefe de Divisão de Hidrologia Agrícola e Qualidade da Água, representante do MADRP no Comité de acompanhamento da directiva nitratos, integrou a 3.ª subcomissão da comissão técnica portuguesa de normalização CT 90 “Sistemas de Saneamento Básico” e coordenou a participação do IHERA em projectos de I&D na área da hidrologia. Assessor Principal da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Despacho n.º 3778/2009

Considerando que os cargos de direcção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, de entre funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e de acordo com os fundamentos apresentados pelo júri na acta final que integra o procedimento concursal, nomeio para o cargo de Chefe de Divisão de Formação e Associativismo, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, a licenciada Joaquina Rosa Pinheiro da Silva Aguincha Fonseca.

A nomeada possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, correspondendo ao perfil exigido no procedimento concursal.

A presente nomeação produz efeitos à data do despacho.

De acordo com o disposto no artigo 21.º, n.º 10, do Estatuto do Pessoal Dirigente, anexa-se a nota relativa ao currículo académico e profissional da nomeada.

29 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *José R. Estêvão*.

Sinopse curricular

Dados pessoais:

Nome — Joaquina Rosa Pinheiro da Silva Aguincha Fonseca.

Data de nascimento — 19 de Abril de 1957.

Habilitações académicas — Licenciatura em Engenharia Agronómica, especialidade Agricultura e Pecuária, pelo Instituto Superior de Agronomia (1979).

Experiência profissional:

Chefe de Divisão de Formação e Associativismo, em substituição, na Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, por despacho de 23 de Março de 2007 do DGADR, situação em que se encontra.

Chefe de Divisão de Documentação, Informação e Relações Públicas, na Direcção-Geral de Protecção das Culturas, desde 27 de Abril de 1997.

Chefe de Divisão de Formação Profissional e Associativismo, na Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, de 8 de Abril de 1993 a 26 de Abril de 1997.

Chefe de Divisão de Formação Profissional, na Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, de 9 de Julho de 1991 a 7 de Abril de 1993.

Gestora do Subprograma Regional de Electrificação das Explorações Agrícolas, equiparada a Chefe de Divisão para efeitos remuneratórios, na Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, a partir de 5 de Março de 1987. Desempenho destas funções de Janeiro de 1987 até ao final de 1993.

Assessor Principal da carreira de Engenheiro, do quadro da Direcção-Geral de Protecção das Culturas, desde 23 de Setembro de 2005.

Assessor Principal da carreira de Engenheiro, do quadro da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, desde 8 de Abril de 1996.

Integrada no quadro da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, como Técnica Superior de 2ª Classe, da carreira de Engenheiro, em 22 de Julho de 1987.

Início de funções, como Técnica Superior, na Divisão de Formação Profissional, Organização e Gestão da Empresa Agrícola da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, em 15 de Fevereiro de 1980.

Despacho n.º 3779/2009

Considerando que os cargos de direcção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, de entre funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e de acordo com os fundamentos apresentados pelo júri na acta final que integra o procedimento concursal, nomeio para o cargo de Chefe de Divisão de Engenharia Agro-Rural, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, a licenciada Maria Manuela Araújo de Matos.

A nomeada possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, correspondendo ao perfil exigido no procedimento concursal.

A presente nomeação produz efeitos à data do despacho.

De acordo com o disposto no artigo 21.º, n.º 10, do Estatuto do Pessoal Dirigente, anexa-se a nota relativa ao currículo académico e profissional da nomeada.

29 de Dezembro de 2008. — O Director Geral, *José R. Estêvão*.

Sinopse curricular

Maria Manuela Araújo de Matos

Dados biográficos:

Data de nascimento 8 de Setembro de 1955

Natural de Lisboa